

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 36/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0002310-02.2016.4.01.8003

A Justiça Federal de 1º grau, Seção Judiciária do Estado do Amapá, com sede na Rodovia Norte Sul, S/Nº, na cidade de Macapá, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.426.574/0001-40, neste ato representada pela Juíza Federal Lívia Cristina Marques Peres, Diretora do Foro em exercício, no uso de suas atribuições, considerando o julgamento da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 36/2016, processo administrativo eletrônico nº 0002310-02.2016.4.01.8003, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, descupinização e desratização das dependências do prédio sede da Justiça Federal – Seção Judiciária do Amapá, conforme Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 36/2016, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

CNPJ: 01.249.965/0001-85				INSCRIÇÃO ESTADUAL: 03.018.259-1				
ENDEREÇO: 68.900-010	AV.	COARACY	NUNES,	747-B,	CENTRO,	MACAPÁ-AP,	CEI	
FONE/FAX: (96	3225-0	6500 / 99971-501	1					
E-MAIL: EXTE	RMÍNI	O.AP@HOTM	AIL.COM					

1 de 3 28/12/2016 11:21

Item	Especificação do Serviço	Quantidade de aplicações	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviços de desintetização, descupinização e desratização em todas as dependências do imóvel onde está instalada a Justiça Federal - Seção Judiciária do Amapá, compreendendo áreas internas e externas (com área edificada de 13.614,82 m² em um terreno de 39.952,97 m²).	04	R\$ 13.500,00	R\$ 54.000,0

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, contados da data da última assinatura no presente documento, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

- 4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
- 4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- 4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- 4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.6.1, 5.6.2 e 5.6.4 será formalizado por

2 de 3 28/12/2016 11:21

despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

- 4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
- 4.9.1. Por razão de interesse público; ou
- 4.9.2. A pedido do fornecedor.

5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
- 5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Cleto Oliveira Nunes**, **Usuário Externo**, em 27/12/2016, às 12:20 (horário de Brasília), conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Cristina Marques Peres**, **Diretora do Foro**, em 27/12/2016, às 15:21 (horário de Brasília), conforme art. 1°, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm informando o código verificador **3360336** e o código CRC **7E64F6AB**.

Rodovia Norte-Sul, s/n - Bairro Infraero II - CEP 68908-911 - Macapá - AP - http://portal.trf1.jus.br/sjap/ 0002310-02.2016.4.01.8003 3360336v5

3 de 3 28/12/2016 11:21

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19^a REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO BE CONTRATO

Processo: 6.064/2015; Espécie: Contrato TRT 19° AJA 026/2016;
Contratante: TRT da 19° Região; CNPJ: 35.734.318/0001-80; Contratada: S.O.S. INFORMATICA LTDA. CNPJ: 31.979.529/0001-22;
Objeto: Aquisição de pentes de memória RAM 16GB para os servidores da rede, de acordo com as exigências do Anexo I do Edital, neste instrumento e demais disposições constantes no Pregão n. 21/2015, na Ata de Registro de Preços às f. 44/46, dos autos; Base Legal: Leis 8.666/93, 10.520/02 e 9.784/99, Lei Complementar 123/06 e Decretos 5.450/05, 7.892/13 e demais normas aplicaevais a espécie; Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho nº. 02.122.0571.4256.0027, PTRes 107722, Natureza da Despesa 449052; Nota de Empenho: 2016NE000685 emitida em 09/11/2016. Valor do Contrato: 6.543.28. Vigência: a partir de assinatura até o último dia do exercício em que se der a aquisição: Assinatuta: 11/11/2016; Signatários: Des. Pedro Inácio da Silva, Presidente do TRT 19º Região; pelo contratante e o Sr. Celso Ternes, pela contratada; Publicação DOU: 28/12/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2016 - UASG 080022

Nº Processo: 2.876/2016 . Objeto: Pregão Eletrônico - Fornecimento e entrega parcelada de água mineral natural, não gasosa, em garrafões de 20 litros e, esporadicamente, vasilhames de água mineral de capacidade 20 litros com vasilhame cheio, através de contrato de demanda, para o Tribunal Regional da 19º Região. Total de Itens Licitados: 00012. Edital: 28/12/2016 de 08/h00 às 12/h00 e de 12/h01 às 15/h00. Endereço: Cv da Paz, Nº 2076 - Centro MACEIO - AL ou www.comprasgovernamentais, gov.br/edital/08/0022-05-31-2016. Entega das Propostas: a partir de 28/12/2016 às 08/h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/01/2017 às 11/h00 no site www.comprasnet.gov.br.

FLAVIO DE SOUZA CUNHA JUNIOR

(SIDEC - 27/12/2016) 080022-00001-2016NE000114

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO **DA 20ª REGIÃO** Diretoria-gerai

SEÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo n. 4523/2015. Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato TRT 20º nº 18/2015 (locação de placas para a central telefônica do TRT 20º). Objeto: prorrogação da vigência por 12 meses, compreendendo o periodo de 1º01/2017 a 31/12/2017. Contratante: TRT 20º Região. Contratada: BF TECNOLOGIA LTDA. Fundamento legal: Cláusula Sexta de contrato original en oart. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Dotação: recursos orçamentários consignados ao TRT 20º, no Programa de Trabalho no exercício de 2017 e Elemento de Despesa correspondentes. Valor mensal: R\$ 4.180,00. Data e assinatura: grama de Havanio III. correspondentes. Valor mensal: R\$ 4.180,00. Data e assimanto. 15/12/2016. Tadeu Matos Henriques Nascimento, Diretor-Geral, pelo Contratante e Bruno Ricardo Portela da Silva, Sócio-Administrador,

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21º REGIÃO DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2016

O TRT da 21º Região torna pública o resultado da licitação em epígrafe, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia para a instalação do SPDA - Sistema de proteção contra descargas atmosférica e da sinalização de segurança contra incêndio, demolição e recuperação de trechos do muro de contorno, remoção e substituição de pavimentação do pátic interno e de pavimentação do paíse of poblico no Depósito Judicial de Natal - DJN. O objeto foi adjudicado à empresa GSM Construções e Serviços EIREL1 - EPP, pelo valor total de RS 311.889,00. O procedimento foi homologado pelo Ordenador de Despesa deste Regional em 27-12-2016.

Natal-RN, 27 de dezembro de 2016. SÔNIA MARIA RAMOS FURTADO Chefe do SELIC

RESULTADO DE JULGAMENTO CONCURSO Nº 1/2016

A CPL do TRT-21ª Região torna público resultado de julgamento dos projetos/Propostas da licitação em epigrafe, cujo objeto é a escolha da logo(marca) alusiva aos 25 de instalação do TRT21. Foram classificados os projetos apresentados pelos licitantes Aconde Freitas Braz com 129 pontos e Felipe de Farias Silva com 115 pontos. Foram desclassificados, nos termos do item 5.5 do edital, os projetos apresentados pelos licitantes André Filipe Pessoa da Fé com 74 pontos e Jefferson Antonio Muniz, com 76 pontos. Foi declarado

vencedor do concurso o licitante Acson de Freitas Braz. A pontuação da Comissão Especial Julgadora e o resultado proferido pela Presidente da CPL encontram-se disponíveis nos site www.trt21.jus.br, em "Transparência - Licitações - Editais - Concurso nº 001/16.

Natal-RN, 27 de dezembro de 2016 SÔNIA MARIA RAMOS FURTADO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

EXTRATO DE REGISTRO DE PRECOS

Proad 4187/16. ARP-PE 42/16-A. Objeto: Registrar preços de materiais permanentes. Fornecedor: Office do Brasil Importação e Exportação Eirelli-EPP, CNPJ 11.094.173/0001-32. Valor Global R\$ 9.199,90. Assinatura: 21/12/16. Vigência: 12 meses da assinatura. Signatários: Amadeu Rodrigues Gonçalves/TRT; Ricardo Santos Olivies/Europadadeu Rodrigues Gonçalves/TRT; Ricardo Santos Olivies/Europadadeu

JUSTICA FEDERAL 1ª REGIÃO

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO AMAPÁ AVISO DE REGISTRO DE PRECOS Nº 19/2016

A Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária do Amapá torna público o Registro de Preços 19/2016, correspondente ao pregão eletrônico srp 36/2016 para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de desinsetização, descupinização e desratia ser realizado no edificio sede da Justiça Federal - S ária do Amapá, com vigência de 12 meses a contar 27/12/2016.

Fornecedor: Dedetizadora Acon LTDA - EPP, CNPJ 01.249.965 /0001-85.

01.24/905/0001-05.

Item 1 - Serviços de desinsetização, descupinização e des-ratização em todas as dependências do imóvel onde está instalada a Justiça Federal - Seção Judiciária do Amapá, com área edificada de 13.614,82m² em um terreno de 39.952,97m². - Quantidad trada: 4 (quatro) aplicações - Valor Unitário: R\$ 13.500,00.

> Macapá, 27 de dezembro de 2016. HÉLIO FREITAS VASCONCELOS Supervisor da Seção de Compras e Licitações

SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: CONTRATO 94/16. CONTRATANTE: Justiça Federal de ESPECIE: CONTRATO 94/16. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: DEJ SERVICOS DE MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA ME (Sr. Diogo Filipe Silva de Jesus), CNPJ/MF 14.608.115/0001-78. OBJETO: Pavimentação temporária no estacionamento provisório do JEF. Valor: R\$ 12.000,00. VIGÊNCIA: 75 dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 02061056942570001; ND 339039; 2016NE003504, de 22/12/16. BASE LEGAL: Leis 8.666/93, 12.846/13, 12.349/10, IN 02/10-MPOG e Resolução n.114/10-CNJ , PAe 0008195-91.2016.4.01.8004 (PE 63/16). Ass. em 26/12/16.

ESPÉCIE: Contrato 89/16. CONTRATANTE: Justica Federal de 1º ESPÉCIE: Contrato 89/16. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: TCM ENGENHARIA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME (Sra. Dallyane Fernanda Farias da Silva e Sr. Marcus Ricardo de Santana Guedes), CNPJ/MF 15.447.395/0001-42. OBJETO: Contratação de empresa especializada en confeçção de laudo pericial para aferir insalubridade. Valor: RS 7.200,00. VIGÊNCIA: 12 meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 02061056942570001; ND 339039; 2016NE003400, de 19/12/16. BASE LEGAL: Leis 8.66(93) (art. 24, II), 12.846/13, 12.349/10 e IN 02/10-MPOG, PAe 0012486-37.2016.4.01.8004. Ass. em 19/12/16.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ESPÉCIE: CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Ju-ESPÉCIE: CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária do Estado da Bahia. CONTRATADA: ECCOPOWER SISTEMAS DE ENERGIA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO EIRELI EPP. OBJETO: Contratação de empresa especializada em instalações eletro/eletrónicas, para executar serviço de instalação e fornecimento de no-break e banco de baterias, nas Subseções de Ilhéus e de Vitória da Conquista. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 02.122.0569.15GM.6012 e 02.061.0569.4257.0001; ND 3.3.90.30 e 33.90.39; Valor: RS 7.200.00 e RS 69.035,40, respectivamente. NE nº 8.666/93, art. 24, IV, PAe nº 0012727-11.2016.4.01.8004. Autorização: Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa, Juíza Federal Diretora do Foro, em 23/12/2016. Ratificação: Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa, Juíza Federal Diretora do Foro, em 26/12/2016. 26/12/2016

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE BOM JESUS DA LAPA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 97/2014. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária da Bahia. CONTRATADA: TEMPECONTROL PEÇAS EQUIPAMENTOS ESERVIÇOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato por 12 (doze) meses, com início em 12 de janeiro de 2017 e término previsto para 11 de janeiro de 2018, conforme previsto na cláusula - da vigência do contrato original e art. 57, II, da Lei 8.666/93. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: PT Julgamento de Causas na Justiça Federal; ND 33.90.39. BASE LEGAL: Lei nº 8.666/93 e PA-e 0010748-48.2015.401.8004. Assinado em 01/12/2016 por Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa, pela contratante e pelo Sr. Henri Charles Penaforte, pela contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL DIRETORIA DO FORO SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE CONTRATO

EATRATO DE CONTRATO

Processo eletrônico nº 0009567-72.2016.4.01.8005/Contratante: Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal/ CNPJ: 05.456.457/0001-29./ Contratada: CALEVI MINERADORA E COMERCIO LTDA - EPP/CNPJ: 03.160.007/0001-69./Espécie: Contrato SJ/DF nº 07/2017./ Objeto: Fornecimento de água mineral natural ou potável de mesa, acondicionada em garrafas de 500 (quinhentos) millilitros, durante o exercício de 2017./Fundamentação Legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações/Vigência: 1º/01/2017 a 31/12/2017/Programa de Trabalho: 096903/ Elemento de despesa: 339030./ Nota de Empenho: será emitida tão logo seja aprovada Lei Orçamentária e estejam os recursos devidamente disponibilizados no SIAFL/Preço Global: R\$ 7.716.00 (sete mil, setecentos e dezesseis reais)/Data da assinatura: 26/12/2016/Assinam: Erico de Souza Santos, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e, Pablo Crispim Loureiro, Representante Legal, pela Contratante, e,

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Justiça Federal de 1º Grau no Distrito Federal, com base no Decreto 7.892/2013, torna público o Registro de Preços nº 33/2016 para aquisição de materiais para sinalização viária , referente ao Pregão Eletrônico SRP nº 56/2016 e ao PAe nº 0007047-42.2016.4.01.8005, com vigência de 12 (doze meses), a contar da assinatura pelas partes. Empresas vencedoras: EPINET INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL EIRELI - ME, Grupo 1, com o valor total de R\$ 4.676,00 e F Bianchi-ME - SAFE PARK, Grupo 2, com valor total de R\$ 23.548,00. A ata será disponibilizada, na íntegra, no endereço eletrônico: www.jfdf.jus.br.

Brasília-DF, 27 de dezembro de 2016. ERICO DE SOUZA SANTOS Diretor da Secretaria Administrativa

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MARANHÃO DIRETORIA DO FORO SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2016

Nº do Contrato: 51/2014. Nº do Processo: 527-31.2014.4.01.8007. Contratante: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO MA-RANHÃO. Contratado: MANTRIX COMÉRCIO E SERVIÇOS ELE-TRÔNICOS LTDA, CNPJ 05.364.164/0001-11. Objeto: Prorrogação da vigência contratual. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 14/12/2016 a 12/01/2017. Data de Assinatura: 13/12/2016.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 078/2016. CONTRATONTE: União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CONTRATADA: SEGUROS SURA S/A. OBJETO: Contratação mensal de seguro coletivo de vida e acidentes pessoais para estagiários bolsistas, estagiários não remunerados, conciliadores e prestadores de serviços voluntários da Justiça Federal em Belo Horizonte e subseções judiciárias durante o exercício de 2017. VALOR: R\$8.600,00 anual estimado. VIGENCIA: 31/12/2016 a 31/12/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: será emitida nota de empenho específica no exercício de 2017 para atendimento desta despesa. Programa de Trabalho Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional, natureza despessa: 339039-69. BASE LEGAL: Processo Eletrônico nº 0027369-74.2016.4.01.8008, Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: DE ASSINATURA: DE ASSINATURA: DE ASSINATURA: DE ASSINATURA: DE ASSINATURA: DE CAUSTA DE CONTRATORE CESEÃO DE USO.

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

ESPÉCIE: Termo de Cessão nº 100-63/2016. CEDENTE: União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CESSIONÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. OBJETO: Cessão de uso à Caixa de espaços físicos para instalação de Postos de Atendimento Bancário e Pontos de Autoatendimento Eletrônico em edificios da Justiça Federal, nas localidades constantes da Cláusula Pri-